

Fotografia e documentação urbana: retratos da transformação de Londrina pelas lentes de Oswaldo Leite¹

Rosana Reineri UNFRIED²
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR
Paulo César BONI³
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir a capacidade da fotografia de obras urbanas, sem ou com pouca presença de elementos humanos, em sua maioria, auxiliar a recuperação e a democratização de fragmentos históricos da cidade retratada. Para tanto, foi eleito como objeto de estudo as imagens do fotógrafo Oswaldo Leite, funcionário da Secretaria de Obras e o primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura do Município de Londrina, tomadas na década de 1960. Esta década foi marcada por grandes transformações no cenário urbano de Londrina, decorrentes da decadência da cafeicultura – até então, base da economia norte paranaense – e do êxodo rural provocado pela modernização da agricultura e mecanização do solo.

Palavras-chave

Fotografia e memória; Documentação urbana; História de Londrina (PR); Oswaldo Leite.

Introdução:

Desde a invenção da fotografia, nas primeiras décadas do século XIX, as obras arquitetônicas têm sido amplamente retratadas, por se apresentarem como reflexo das características culturais da época de sua produção. A partir da metade daquele século, muitos fotógrafos, especialmente na Europa, se dedicaram a produzir registros arquitetônicos de cidades, a fim de organizarem álbuns comerciais que tivessem a capacidade de representar e oferecer a ideia de uma cidade idealizada, ou seja, quase sempre apenas com suas características positivas.

¹ Trabalho apresentado no GP Fotografia, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo e mestranda em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa *Comunicação e História* do CNPq. E-mail: rosanareineri@gmail.com.

³ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Líder do Grupo de Pesquisa *Comunicação e História* do CNPq. E-mail: pcboni@sercomtel.com.br

No Brasil, esse processo teve início a partir de 1850, com a atuação de Militão Augusto de Azevedo e Guilherme Gaensly, em São Paulo. Outro importante fotógrafo dedicado ao registro das transformações urbanas foi Augusto Malta – primeiro fotógrafo oficial da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Na cidade de Londrina (PR), recorte espacial deste trabalho, as transformações urbanas ocorridas entre as décadas de 1950 a 1980, foram registradas pelo fotógrafo Oswaldo Leite, funcionário da Secretaria de Obras e primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura do Município de Londrina.

Tendo como base as imagens tomadas por Oswaldo Leite na década de 1960 – recorte temporal do objeto de estudo – este trabalho tem por objetivo discutir a capacidade que imagens de obras urbanas possuem de auxiliar a recuperação de fragmentos históricos da cidade.

Fotografia e documentação urbana

A arquitetura se apresenta como tema amplamente focado pela fotografia desde sua invenção. Naquele momento, em que a técnica embrionária exigia longos períodos de exposição e que o elemento a ser fotografado permanecesse imóvel – para que fosse possível a captura da imagem de maneira eficaz –, o registro das estruturas arquitetônicas oferecia uma alternativa ao desejo do homem de representar o mundo. Além disso, o fato de a arquitetura se configurar como uma das formas pelas quais era possível registrar o mundo em sua diversidade cultural, determinou a sua presença nos registros fotográficos desde então (CARVALHO; WOLFF, 2008, p. 131).

De acordo com Lima e Carvalho (1997, p. 99), a linguagem utilizada nos conjuntos de imagens produzidas no início do século XIX, aproximava-se dos desenhos arquitetônicos de fachadas e perspectivas, praticados intensamente na Europa a partir da segunda metade daquele século. A fotografia de arquitetura, segundo as autoras, baseava-se – e continuam se baseando – nos recursos capazes de criar a ilusão de tridimensionalidade. Dessa forma, é possível afirmar que do ponto de vista formal, “as características observadas nesses padrões sugerem a filiação não às artes plásticas e sim ao desenho técnico”.

Utilizando-se desses recursos, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, muitos fotógrafos, especialmente na Europa, se dedicaram à produção de álbuns de cidades. Borges (2005, p.84) explica que, para além da estética empregada por cada fotógrafo – que imprimia sua personalidade à obra –, a montagem desses álbuns era capaz de revelar a força do padrão fotográfico da época em que foram produzidos.

Assim, se as imagens tomadas fossem correspondentes ao período em que os aparatos fotográficos exigiam longos períodos de exposição, não seria possível a presença de pessoas. Neste caso, a cidade retratada pareceria vazia, mesmo que o registro tivesse sido tomado em uma rua movimentada. No entanto, se as imagens correspondessem ao período em que as câmeras possibilitavam um menor tempo de exposição, já era possível a presença de pessoas nas ruas. Além disso, as formas arquitetônicas retratadas dizem muito sobre o período da tomada.

Portanto, fotógrafos interessados em obter lucro com a venda de álbuns escolhiam as imagens que possibilitassem a construção de uma narrativa urbana, retratando uma cidade moderna, evoluída e higienizada – capaz de tornar vendável o produto de sua criação. Em posição de destaque encontravam-se:

Fachadas dos estabelecimentos comerciais e bancários; dos hotéis que aguardavam turistas e homens de negócios de outras praças comerciais; as casas, varandas e jardins particulares onde viviam as famílias da elite local; as inovações urbanas que atestavam o dinamismo da administração pública; o movimento da rua, dos cafés, clubes e cinemas que informavam e, simultaneamente, produziam uma leitura da *urbe* marcada pela visão positiva do progresso e da modernidade (BORGES, 2005, p. 84).

As mazelas sociais normalmente eram suprimidas, pois a intenção era vender a cidade idealizada e não denunciar os problemas pelos quais ela passava.

No Brasil, é possível verificar um processo semelhante a partir da década de 1850, com a chegada de fotógrafos europeus como Victor Frond, Auguste Stahl, entre outros. Neste período, a produção paulista que melhor exemplifica esta vertente documentarista é a de Militão Augusto de Azevedo. Segundo Lima e Carvalho (1997, p. 100), suas fotografias permitem uma abordagem globalizante da cidade, uma vez que seu enfoque repousava sobre os “aspectos topográficos, nas estruturas de articulação, na tipologia das construções e no perfil dos moradores”. Elementos que, na visão das autoras, faz com que a produção de Militão se constitua como a única fonte para o conhecimento da cidade antes das transformações que deixaram de lado as suas características de cidade colonial.

A partir do início do século XX, o fotógrafo Guilherme Gaensly desempenhou um papel semelhante ao de Militão, porém, com um estilo bem distinto. Ao contrário de Militão, os registros de Gaensly abordavam – em vasta produção – as feições modernas de São Paulo, desprovidas dos traços coloniais do oitocentismo (LIMA; CARVALHO, 1997, p. 100).

No Rio de Janeiro, o fotógrafo que se destacou na documentação urbana foi Augusto Malta, que, segundo Pedro Afonso Vasquez (2012, p. 52), foi o responsável por documentar,

metodicamente, a ampla reforma realizada no Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906)⁴. De acordo com o autor, o mérito de Malta “foi o de não se limitar aos deveres burocráticos, atuando como cronista visual ao registrar as mais diversas atividades humanas, comerciais e industriais”.

No entanto, de acordo com Carvalho e Wolff (2008, p. 153), aquilo que ficou conhecido como fotografia de arquitetura no século XIX não se limitou apenas ao registro de monumentos já consolidados e obras já construídas, mas também de outras vertentes, como o registro das fases de execução de novas obras, de obras existentes antes de serem restauradas, do processo de restauração, bem como o levantamento de detalhes dessas construções. Por isso, foi tomada como prática nas administrações públicas a encomenda de fotografias, em intervalos regulares, do andamento das obras realizadas ou contratadas.

Em certa medida, os registros de Militão de Azevedo e Guilherme Gaensly, em São Paulo, Augusto Malta, no Rio de Janeiro e, especificamente, no caso deste trabalho, Oswaldo Leite, em Londrina, se assemelham por retratar não somente obras finalizadas, mas também as que ainda estavam em andamento. Entretanto, ao contrário dos dois primeiros, Oswaldo Leite não tinha pretensões de comercializar suas fotografias, uma vez que fotografava para registro particular da Prefeitura do Município de Londrina, na qual trabalhava, e, neste ponto, seus registros se aproximam dos de Augusto Malta no Rio de Janeiro. Aliás, não é difícil estabelecer uma relação de seu trabalho com o de Augusto Malta. Assim como Oswaldo Leite, Malta fotografava de tudo: “demolições e construções, exposições [...], costumes, ruas, transportes, inaugurações públicas, além de inúmeros aspectos da vida social” (KOSSOY *apud* VASQUEZ, 2012, p. 53). A diferença era a época da tomada das imagens e o cenário.

As imagens de Militão, Gaensly e Malta, além de seu valor de documentação urbana, têm hoje seu valor artístico reconhecido. Os registros do fotógrafo de Londrina ainda não são de conhecimento público na cidade. Esperamos que, a partir de estudos acadêmicos que se debrucem sobre a recuperação de fragmentos da história de Londrina, tomando suas imagens como ponto de partida, seu valor como documentarista e artista seja confirmado e sua obra seja conhecida e reconhecida.

No caso de Londrina, as fotografias da cidade com cunho propagandístico foram largamente utilizadas desde o início de sua colonização, levada a cabo pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Em um primeiro momento – do início da década de 1930 ao final da

⁴ A partir de agora, as datas apresentadas, entre parênteses, correspondem ao período de mandato dos políticos citados.

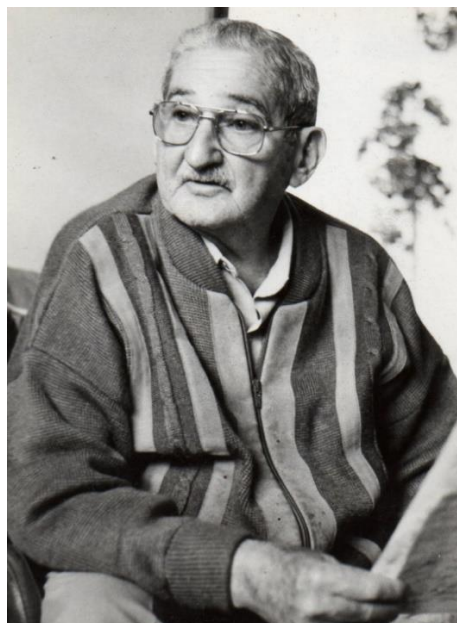
década de 1940 – a CTNP fazia uso das imagens fotográficas para propagandear a fertilidade das terras, objetivando atrair futuros compradores. Posteriormente – do final da década de 1940 a meados da década de 1950 – imagens que demonstravam a cidade crescendo e se modernizando, sendo organizada administrativamente e provida de infraestrutura eram utilizadas para atrair braços para trabalhar na cafeicultura crescente, na construção civil e na prestação de serviços (ARIAS NETO, 2008).

Porém, as imagens tomadas por Oswaldo Leite, no decurso das décadas de 1950, 1960 e 1970, não se encaixam nesta categoria destinada à publicidade. Elas somente serviam para ilustrar relatórios de prestação de contas e como documentação das obras realizadas pela Prefeitura do Município de Londrina, uma vez que não houve publicações com o intuito de promover este ou aquele prefeito, esta ou aquela empreiteira, tampouco com o intuito de atrair migrantes para a região.

Graças ao empenho do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss em preservar e conservar o acervo de Oswaldo Leite, suas imagens podem ser utilizadas como objeto de estudos em pesquisas acadêmicas de diferentes áreas do conhecimento. Neste estudo, utilizando esses registros arquitetônicos como ponto de partida, buscaremos trazer à tona fragmentos da história de Londrina até então desconhecidos da população.

Oswaldo Leite: o fotógrafo das construções

Figura 1 - Oswaldo Leite



Fotografia: Autor desconhecido
Fonte: Acervo da família Leite

Vindo da cidade de Itu (SP), Oswaldo Leite chegou em Londrina em 1940, com 19 anos. Seu primeiro emprego na cidade, segundo seu filho mais novo, Otacílio Leite, atualmente com 72 anos, foi na máquina de beneficiamento de café e venda de sacarias do Sr. Soiti Taruma. De lá, foi chamado para trabalhar na construção da Santa Casa (inaugurada em 7 de setembro de 1944), como pedreiro. Foi aí que surgiu a oportunidade de ingressar na Secretaria de Obras, a convite do prefeito Willie Davids (1936-1940), que estava muito satisfeito com o trabalho que ele vinha realizando. Convite que Oswaldo Leite aceitou prontamente e onde logo ocupou um cargo de chefia. A partir de então, passou a acompanhar as obras que estavam em andamento e aproveitava para fotografá-las para servir como registro do trabalho realizado e para ilustrar posteriores relatórios de prestação de contas junto aos órgãos financiadores das obras e à Câmara de Vereadores.

Otacílio conta que o pai trabalhou na prefeitura a vida toda. Ele chegou a se aposentar por tempo de serviço (25 anos de trabalho, à época), mas não deixou de trabalhar. Retornou à Secretaria de Obras pelas mãos do prefeito Dalton Paranaguá (1969-1973), desta vez como fotógrafo, o primeiro fotógrafo oficial da prefeitura. Oswaldo Leite documentou, em preto e branco, muitas das cenas que marcaram o crescimento econômico e o desenvolvimento social de Londrina nas décadas de 1950 a 1980.

De acordo com a técnica em assuntos universitários do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, Célia Rodrigues de Oliveira, parte das imagens tomadas pelo fotógrafo permaneceu esquecida em um depósito da prefeitura e por pouco não se perdeu, pois estavam prestes a ser incineradas. Hélio Silva, fotógrafo que substituiu Oswaldo Leite no cargo, sensibilizado com o prejuízo à história da cidade que a incineração poderia causar, entrou em contato com o museu para intermediar a doação do acervo. Em 7 de junho de 1990 foi assinado um convênio de cooperação cultural entre a Universidade Estadual de Londrina, por meio do Museu Histórico, e a Prefeitura do Município de Londrina, para a transferência do acervo para as dependências e cuidados do museu. Célia explica que neste convênio fica claro que a prefeitura não doou o acervo, apenas concedeu a permissão de uso por tempo indeterminado, cabendo ao museu guardar, conservar e manter o acervo, não o transferir para terceiros e permitir ao município, sempre que solicitado, ter livre acesso ao material.

Outra parte do acervo de Oswaldo Leite, guardada em sua casa com cuidado e carinho até sua morte em 28 de agosto de 1995, foi entregue em doação ao museu pelas mãos do filho do fotógrafo, Otacílio Leite, dia 26 de março de 2006. Ele diz que pegou as fotografias e pensou “isso tudo não vai mais ter serventia para a família, vou doar ao museu, vai que seja

importante para eles”. O filho do fotógrafo ainda mantém imagens de pessoas e rolos de negativos do pai, dos quais não conhece o conteúdo, mas diz que, um dia, também irá doá-los ao museu.

Organização do acervo

De posse do material, coube ao museu higienizar, catalogar, digitalizar e disponibilizá-lo para pesquisa. O processo de recuperação e disponibilização, desenvolvido pelo pessoal do setor de Audiovisual, sob a supervisão de Célia Rodrigues de Oliveira e Áurea Keiko Yamani, teve início em maio de 2003. Célia conta que para o início dos trabalhos tiveram o incentivo do PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura). Durante os anos de 2003 e 2004 (quando novamente obtiveram recursos desse programa) avançaram bastante no trabalho, mas até hoje (2015) ele ainda não foi concluído. Trata-se de 2.278 imagens (fotografias e negativos) da década de 1950, já devidamente higienizadas, catalogadas e disponibilizadas para pesquisa. Das décadas de 1960 (recorte temporal deste trabalho) e 1970 são mais de 20 mil imagens, já higienizadas e em processo de catalogação e digitalização.

Dotado de extrema organização, Oswaldo Leite anotava no verso de cada fotografia as informações relativas à tomada (data, assunto e local), depois as arquivava, colando-as, uma a uma em cartolinas. Célia explica que este hábito do fotógrafo era bom; no entanto, algumas fotografias foram coladas em cartolinas depois de sua identificação, o que prejudicou a catalogação posterior, pois algumas informações se perderam no momento em que as elas foram “descoladas” das cartolinas. Desta forma, foi necessário contar com a colaboração de contemporâneos do fotógrafo para fazer a identificação de alguns lugares fotografados. Entre eles João Baptista Bortolotti, membro e ex-presidente do Foto Clube de Londrina, que trabalhou como arquiteto da prefeitura. Bortolotti ajudou e continua ajudando na identificação destas imagens.

Pela quantidade do material, optamos por dividir o estudo em décadas. A de 1950 foi analisada e pesquisada pela coautora deste trabalho (Rosana Reineri Unfried) em seu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Estadual de Londrina em novembro de 2013, sob orientação do coautor (Prof. Dr. Paulo César Boni). No momento, as 21 imagens pesquisadas na ocasião mais 29 pesquisadas posteriormente, com os textos correspondentes a sua contextualização histórica, estão em processo de edição para serem publicadas em formato de livro no início de 2016. A década de 1960 (22 imagens

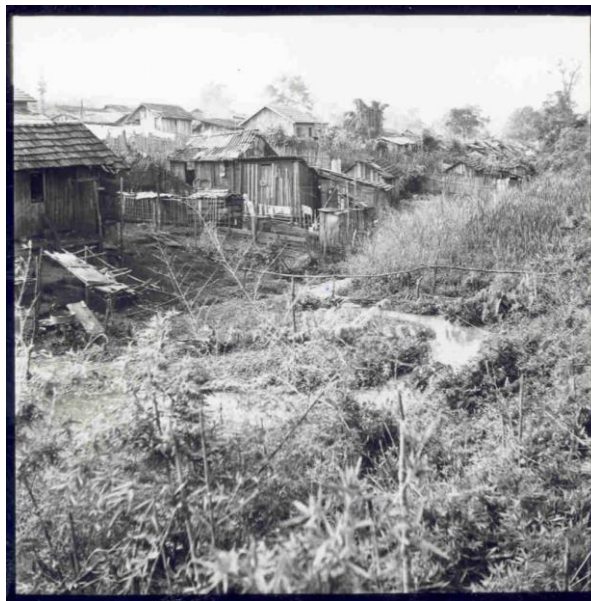
selecionadas obedecendo o critério de importância do fragmento retratado para o desenvolvimento de Londrina) está sendo objeto de estudo da coautora (Rosana Reineri Unfried) em sua dissertação de mestrado, a ser defendida no início de 2016, também sob orientação do coautor (Prof. Dr. Paulo César Boni); a década de 1970 será estudada em algum momento posterior, provavelmente em tese de doutoramento.

Neste trabalho, nos prenderemos apenas às imagens da década de 1960 (e a apenas duas, por questão de espaço), na qual Londrina estava em pleno processo de urbanização, decorrente da decadência da cafeicultura – até então, base da economia norte paranaense – e do êxodo rural provocado pela modernização da agricultura e mecanização das lavouras. Década rica em obras públicas e privadas, todas registradas pelas lentes de Oswaldo Leite.

Tomando as imagens como ponto de partida, buscaremos contextualizar historicamente o período (recorte temporal), a fim de observar a capacidade – ou não – de as fotografias de obras urbanas atuarem como auxiliares da recuperação de fragmentos da história.

Contribuições imagéticas: a década de 1960 a partir de imagens

Figura 2: "Favela no lugar denominado Pito Aceso"



Fotografia: Oswaldo Leite – 18 mar. 1965

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

O processo de favelização em Londrina teve início na década de 1950, quando, atraídas pela promessa de enriquecimento fácil e rápido no “Eldorado cafeeiro”, pessoas advindas de outros estados brasileiros e até de outros países chegaram a Londrina trazendo

na mala apenas a esperança de uma vida melhor. De acordo com Alves (2013, p. 70), essa década foi marcada por migrações de populações pobres, principalmente do Nordeste, em busca de sobrevivência. Os nordestinos, movidos pelas propagandas, “abandonavam o estado de penúria em que viviam em sua terra natal, para lançar a sorte no sul. Vendiam tudo o que possuíam acreditando no investimento no futuro promissor da fartura”.

No entanto, nem todos os migrantes que desembarcaram em Londrina em busca da “terra prometida” propagandeada pela Companhia de Terras Norte do Paraná – responsável pela colonização e comercialização dos lotes de terras norte paranaenses – conseguiram enriquecer ou, ao menos, viver dignamente. Enquanto uma parte dos trabalhadores que se deslocaram para o Norte do Paraná, chegava com dinheiro para adquirir a terra na qual iria trabalhar, a outra, vinha, de acordo com Alves (2013, p. 72), trazida “pelos grandes proprietários de terras na condição de colonos, empregados que moravam nas fazendas e cuja família inteira se envolvia na plantação, no cultivo e na colheita do café”.

A pesquisadora explica, porém, que ainda na década de 1950, alguns fazendeiros introduziram técnicas e práticas agrícolas que adotavam “métodos modernos”.

Além daqueles que se destinavam à defesa do solo (contra a erosão e geadas, controle de pragas e irrigação das plantações), iniciaram-se processos de modernização e mecanização das lavouras. A tração animal foi sendo introduzida para carpir as ruas de café. Além dos terreiros de secagem do café foram introduzidas as tulhas secadoras ou os secadores mecânicos, que apresentavam as vantagens de não ficarem sujeitos às condições meteorológicas. [...]. Tais técnicas contribuíram para diminuir o tempo gasto no trabalho de secagem dos grãos. Porém, sua face cruel era a diminuição da mão de obra ocupada no trabalho (ALVES, 2013, p. 72).

Concomitantemente ao desenvolvimento socioeconômico vivido à época, iniciou-se o processo de empobrecimento da população que, apesar de ter migrado para a região em busca de trabalho e melhores condições de vida, não foi absorvida em sua totalidade pelo mercado de trabalho. Ou, não conseguiu liquidar as dívidas contraídas com a compra de terras, sendo obrigada a vendê-las e se transferir para as periferias da cidade, “sendo forçada a sobreviver do trabalho temporário ou volante” (ALVES, 2013, p. 56).

Assim, o fluxo de pessoas da zona rural rumo à área urbana, por conta da modernização das práticas de cultura, fez com que a população da cidade aumentasse de forma acelerada e que, por consequência, começassem a surgir os primeiros loteamentos residenciais irregulares. A proliferação desses loteamentos foi o principal fator de origem das favelas.

Na década de 1950 já existiam “53 vilas espalhadas por diferentes lugares, nascidas das subdivisões de lotes em pequenos terrenos de baixo preço, formando um padrão periférico de moradia” (ALVES, 2013, p. 95), com a existência de barracos construídos de madeira e cobertos de telhas. A primeira delas foi a favela do Pito Aceso (Figura 2) que teve seu início em 1953, quando 15 famílias procedentes de áreas rurais se instalaram de maneira irregular nas encostas do Córrego Água Fresca (onde atualmente fica o Cemitério João XXIII) (FRESCA; POSTALDI, 2008). O fato de as pessoas se instalarem nas encostas do córrego se dá por conta da necessidade de água, uma vez que nos terrenos irregulares não existia o serviço público municipal de água encanada e os poços, quando perfurados, muitas vezes não davam conta do abastecimento de todas as famílias ali assentadas.

De acordo com Gavetti (*apud* MARTINS, 2007, p. 25), para a construção dos barracos das favelas eram utilizados todos os tipos de entulho encontrados pelo caminho. As características comuns eram o piso de terra batida, o “pé direito pouco além da altura de uma pessoa, sem energia elétrica, sem água potável, sem endereço. Um cômodo servindo de sala, cozinha, quarto [...] tudo em comum”.

Martins (2007, p. 76) explica que a partir da década de 1960 ocorreu em Londrina a anexação de áreas de uso rural à cidade, em diversas direções, até porque a cidade crescia descontroladamente e havia necessidade da construção de novos bairros. Esse processo ganhou impulso com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, “que tinha por finalidade acalmar os ânimos da população urbana, amenizando o problema crônico da habitação nas cidades brasileiras, criando os caminhos para a construção de moradias”. Em Londrina foi criada, em 1965, a Companhia de Habitação de Londrina (Cohab), que passou a tratar das questões habitacionais relacionadas à cidade.

De acordo com Asari e Tuma (*apud* MARTINS, 2007, p. 91), apesar da criação da Cohab, em 1965, os conjuntos habitacionais começaram a ser construídos apenas no final da década de 1960. As autoras explicam que foi somente na gestão do prefeito Dalton Paranaguá (1969-1972) que houve uma dinamização da Cohab em Londrina, com a construção de diversos conjuntos habitacionais de aproximadamente 100 casas cada um, construídos nos chamados “vazios urbanos”. Esses conjuntos foram utilizados, em alguns casos, para a realocação de famílias assentadas em favelas. Foi o caso do Conjunto Habitacional Pindorama I, que, construído em 1972, acolheu as famílias da favela do Pito Aceso.

Figura 3: "Vista aérea de Londrina vendo-se o Jardim Paraíso"



Fotografia: Oswaldo Leite – 18 dez. 1969

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

De 1960 a 1969 Londrina passou por um período de grande crescimento demográfico, decorrente da desaceleração da cafeicultura – até então considerado o “carro chefe” da agricultura norte paranaense – bem como do desenvolvimento do processo de modernização da agricultura, iniciado na década anterior. O êxodo rural, resultante dessa nova configuração econômica, trouxe como característica imediata uma espantosa expansão da periferia (CASARIL, 2009, p. 71).

O êxodo rural teve início na década de 1950, quando, por consequência do desenvolvimento tecnológico na agricultura, grande parte da mão de obra trabalhadora foi substituída pelo uso de máquinas e forçada a abandonar o campo. Não só os trabalhadores foram os responsáveis pelo “inchaço” da cidade. Muitos pequenos proprietários, por não conseguirem quitar as dívidas contraídas com a compra da propriedade ou de maquinários, venderam suas terras aos grandes proprietários, já estabelecidos, e migraram para a periferia de Londrina.

De acordo com Alves (2013, p. 57), somadas a esses dois fatos, a seca e “as geadas que castigaram a região de forma consecutiva levaram a substituição da cultura do café por outras, mecanizadas, como a soja e o trigo” e por novas atividades agropecuárias e industriais. Era o fim do “Eldorado cafeeiro”, que empurrava para a cidade uma legião de camponeses sem posses. A população londrinense residente na área urbana saltou de 77.382 pessoas em

1960 para 163.528 em 1970, ao mesmo tempo em que a porcentagem de habitantes da área rural diminuiu de 43% para 28% (JANUZZI, 2005, p. 87).

Até que houvesse a criação e adoção de uma política pública que trabalhasse para resolver a questão da moradia para a população crescente, a população carente que migrou para a cidade, não encontrando oportunidade de emprego, portanto sem condições financeiras de pagar aluguel, na maioria dos casos, se dirigiram às favelas, ocupações irregulares, fundos de vale e cortiços (MARTINS, 2007, p. 78).

Em 1963, em uma tentativa de organizar a expansão urbana, o poder público criou uma nova Lei de Zoneamento. Nova porque em 1951 havia sido criada a Lei 133/51, cuja finalidade era ordenar o espaço urbano – que dividia a cidade em diversos setores: zonas do comércio, residencial e industrial (BORDIN, 2012). Esta nova lei serviu como base para a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 1968, quando foram definidas as áreas do zoneamento urbano.

Assim, ficou determinado que as indústrias seriam alocadas em áreas periféricas ao norte da cidade, “nas imediações da BR-369, abandonando as localizações da área central”. Quanto, às zonas residenciais, “o plano perpetuou a segregação sócio espacial” – que já vinha sendo seguida desde a Lei 133/51 – destinando as áreas populares à periferia e os espaços com melhores infraestruturas urbanas à população de médio e alto poder aquisitivo (CASARIL, 2009, p. 76). Desta forma, seguindo as diretrizes do PDDU, os primeiros bairros localizados na periferia começaram a ser construídos em terrenos particulares e este é o caso do Jardim Paraíso (Figura 3).

De acordo com Rodolpho Horner – funcionário aposentado do Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina e colega de trabalho de Oswaldo Leite – nesse período era comum proprietários de terrenos com potencial para habitação, impulsionados pela procura crescente por casas de menor valor, propor à prefeitura o loteamento de seus terrenos. Em depoimento aos autores, Horner explicou que o proprietário do terreno preparava

[...] uma planta topográfica do projeto com os respectivos rumos e distâncias e a apresentava à prefeitura. Aí o urbanista da prefeitura, que na época era eu, desenhava a continuação das ruas – por exemplo, se tivesse uma avenida no conjunto vizinho, eu precisava desenhar na planta do novo loteamento a continuação dela, já com as medidas, tudo certinho – e no verso eu escrevia as obrigações básicas que quem estava loteando deveria cumprir, como a localização e medida dos lotes, meios-fios, galerias e toda a infraestrutura mínima exigida pela Lei de Zoneamento correspondente. No caso do Jardim Paraíso (Figura 3), a Lei de Zoneamento de 1963. A partir daí era possível iniciar o loteamento, que seria entregue à prefeitura depois que a infraestrutura estivesse pronta.

Os loteamentos particulares amenizavam o problema de habitação pelo qual a cidade estava passando, mas ficavam longe de solucioná-lo. Por isso, no final da década de 1960, começaram a ser construídos, desta vez pela Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld)⁵, criada em agosto de 1965 pelo prefeito Hosken de Novaes (1963-1969), novos conjuntos habitacionais também voltados às camadas mais carentes da população, localizados de 6 a 7 km de distância do centro da cidade, quando ainda restava dentro do traçado urbano cerca de 60% de lotes vazios. Dessa forma, a disposição afastada desses novos bairros além de criar problemas de infraestrutura, possibilitou a valorização dos denominados “vazios urbanos” (CASTELNOU, 2000).

A exemplo do Jardim Paraíso (Figura 3), construído na zona norte da cidade no ano de 1969, os moradores desses conjuntos habitacionais construídos tão afastados da região central, eram, na maioria das vezes, trabalhadores assalariados ou temporários, que por morarem em uma região periférica permaneceram sendo mal assistidos pelo governo local.

De acordo com Alves (2013, p. 96), nos relatórios da prefeitura, “as prioridades de saneamento básico sempre foram para as regiões centrais da cidade”, enquanto nos loteamentos populares, “por ficarem num plano secundário, era comum a falta de limpeza, de energia elétrica, rede de água e esgoto e pavimentação”. Até a década de 1980, seus moradores conservavam, inclusive, hábitos adquiridos na vida do campo, como a produção de hortaliças e a criação de pequenos animais (galinhas e porcos) para driblar os baixos salários recebidos.

A essa altura, é preciso pontuar que, com o exercício de contextualização das imagens (Figuras 2 e 3), pudemos observar que os registros de documentação urbana, tomados por Oswaldo Leite, foram capazes de nortear esta pesquisa, principalmente pela importância que os elementos retratados têm para o desenvolvimento de Londrina. Essas imagens, que inicialmente despertaram o interesse e a curiosidade dos pesquisadores, também despertam as mesmas sensações em pessoas comuns, sobretudo, os moradores mais antigos da cidade.

Notamos também que a fotografia, mesmo sendo de obras urbanas, neste caso sem a presença de elementos humanos, pode ser utilizada como uma ferramenta eficaz para a recuperação de fragmentos históricos. No entanto, não é viável a utilização da imagem na

⁵ Apesar de ter sido criada em 1965 a Cohab-Ld – que se configurou como um elemento importante nos direcionamentos da expansão urbana da cidade, especialmente em sentido norte – teve sua atuação efetiva somente no final dos anos 1970. Neste período foram construídos diversos conjuntos habitacionais em todas as direções da cidade. (BEIDACK; FRESCA, 2011, p.149).

pesquisa de maneira isolada, uma vez que as informações obtidas somente com a análise das imagens se mostraram insuficientes para a contextualização do período recortado. Desta forma, fez-se necessária a pesquisa em outros suportes, como documentos escritos (trabalhos acadêmicos e livros que abordam o tema retratado, bem como jornais e revistas da época pesquisada) e fontes orais contemporâneas às datas de tomada.

Para as entrevistas nos utilizamos da fotografia como “disparadora do gatilho da memória”, metodologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação e História*, da Universidade Estadual de Londrina, do qual os autores participam. Esta proposta implica na utilização e exposição de fotografias em entrevistas para que a partir delas sejam trazidas à tona lembranças do observador que, até então, estavam adormecidas.

Porém, foi possível perceber que os entrevistados guardaram na memória apenas elementos da história da cidade com os quais eles estabeleceram algum tipo de relação. Rodolpho Horner, por exemplo, entrevistado para a contextualização da figura 3, mesmo reconhecendo todos os lugares retratados nas fotografias de Oswaldo Leite, somente construía narrativas consistentes quando se deparava com alguma obra que ele havia ajudado a construir, ou tivesse sua história convergida com ela em algum momento da vida.

Considerações finais

A partir das fotografias com fins documentais tomadas por Oswaldo Leite para o Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina foi possível desvendar aspectos da história da cidade, até então desconhecidos. No entanto, as imagens não se bastam em si mesmas, sendo necessária, para sua contextualização, a pesquisa em outros suportes, como o escrito e o oral.

Pudemos observar, desta forma, que a imagem – mesmo sendo de documentação urbana – pode ser utilizada como uma ferramenta auxiliar eficaz para a recuperação de fragmentos históricos de um determinado lugar. Primeiramente, pela importância que o fragmento retratado teve para o desenvolvimento da cidade e, posteriormente, pela capacidade que ela tem de instigar a memória a mergulhar mais fundo em lembranças, até então esquecidas, e trazer à tona elementos importantes à conservação da história para gerações futuras.

Referências

- ALVES, Jolinda de Moraes. **Assistência aos pobres em Londrina: 1940 – 1980**. Londrina: Eduel, 2013.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: Eduel, 2008.
- BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos; FRESCA, Tânia Maria. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina – PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 29, n. 2, p. 147-163, 2011.
- BORDIN, Pedro Augusto Viera. **Lei cidade limpa e as mudanças na paisagem urbana de Londrina**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de; WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Arquitetura e fotografia no século XIX. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.
- CASARIL, Carlos Casemiro. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950 – 2000. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 65-94, jan./jun. 2009.
- CASTELNOU NETO, Antonio Manoel Nunes. Arquitetura das primeiras décadas de Londrina. **Unopar Científica**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 65-75, jun. 2000.
- FRESCA, Tânia Maria; POSTALDI, Valeria B. (Org.). **Atlas ambiental da cidade de Londrina**. Londrina: 2008. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/OCUPACOES.htm>>.
Acesso em: 27 mar. 2014.
- JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v. 26, p. 87-94, set. 2005.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo – álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954**. Campinas: Mercado das Letras, 1997.
- MARTINS, Victor Hugo Teixeira. **Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- VASQUEZ, Pedro Afonso. **Fotografia escrita: nove ensaios sobre a produção fotográfica no Brasil**. Rio de Janeiro: Senac, 2012.